



Recebimento: 14/03/2018

Aceite: 01/11/2019

## **AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO SUL DO BRASIL: UM ESTUDO COMPARATIVO**

## **FAMILY AGRO INDUSTRIES IN SOUTHERN BRAZIL: A COMPARATIVE STUDY**

Erica Karnopp<sup>1</sup>

Augusto Fischer<sup>2</sup>

Silvio Santos Junior<sup>3</sup>

Rógis Juarez Bernardy<sup>4</sup>

Virginia Elisabeta Etges<sup>5</sup>

### **Resumo**

Este artigo analisa as agroindústrias familiares, a partir de um estudo comparativo das regiões do Vale do Rio Pardo/RS (VRP) e Oeste Catarinense/SC (AMOSC), ambas no sul do Brasil. Para o desenvolvimento, utilizou-se a abordagem qualitativa e o método do estudo multicaso exploratório. A população é de 257 agroindústrias familiares distribuídas em 42 municípios, das quais foram coletados dados por meio de questionário, de 74 agroindústrias familiares. A constituição das agroindústrias tem mais de 25 anos em média no VRP, e menos de 25 anos na AMOSC. Em ambas as regiões as atividades agroindustriais se estruturam no contexto familiar, com passagem de conhecimentos entre gerações, e utilização prioritária de mão de obra familiar. No VRP as agroindústrias são mais individualizadas e motivadas pelo aumento de renda familiar. A AMOSC apresenta maior propensão para cooperação entre as agroindústrias.

**Palavras chave:** Desenvolvimento Regional. Agroindústrias Familiares. Agricultura Familiar.

### **Abstract**

This work analyzes the family agro industries, from a comparative study in the regions of Vale do Rio Pardo, in state of Rio Grande do Sul (VRP), and in the west of Santa Catarina (AMOSC), both in southern Brazil. For development, were used the qualitative approach and the exploratory multiple case study method. For population of 257 family agroindustries distributed in 42 municipalities, were data were collected through a questionnaire, of 74 family agroindustries. The constitution of the agroindustries has more than 25 years on average in VRP, and less than 25 years in AMOSC. In both regions the agroindustrial activities are structured within the family, passing of knowledge between

<sup>1</sup> Doutora em Geografia (Universität Tübingen-Alemanha). Professora da Universidade Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul – RS, Brasil. E-mail:erica@unisc.br

<sup>2</sup> Doutor em Administração (USP). Professor Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó – SC, Brasil. E-mail:augusto.fischer@unoesc.edu.br

<sup>3</sup> Doutor em Agronegócios (uFRGS). Professor Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó – SC, Brasil. E-mail:silviosantos.junior@unoesc.edu.br

<sup>4</sup> Doutor em Engenharia Civil (UFSC). Professor Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó – SC, Brasil. E-mail:rogis.bernardy@unoesc.edu.br

<sup>5</sup> Doutora em Geografia (USP). Professora da Universidade Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul – RS, Brasil. E-mail:etges@unisc.br

generations, and priority use of family labor. In VRP agro industries are more individualized and driven by increasing family. In AMOSC there is a greater tendency for cooperation between agroindustries.

**Keywords:** Regional Development. Family Agroindustries. Family Farm.

## Introdução

Vários estudos buscam evidenciar os aspectos positivos da forma de organização da produção agropecuária familiar, a qual se desenvolve por meio do sistema associativo, destacando sua capacidade de resposta às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar (ALVES et al., 2009). Mas, quando se observa de forma mais atenta os mecanismos de comercialização ou de industrialização da produção, percebe-se uma subordinação dos agricultores às grandes empresas, vinculadas ao processo da Revolução Verde, que atuam fortemente à montante e à jusante da produção agrícola (CASTILLO; FREDERICO, 2010; ALVES et al., 2009). Nesse sentido, as particularidades da agricultura familiar, sua fragmentação em diversas tipologias e sua irregular organização política e produtiva constituem desafios, cujo enfrentamento deve envolver os próprios agricultores, as políticas públicas e as Universidades que precisam se aproximar desta realidade, para poder colaborar na construção de práticas sustentáveis (ALVES et al., 2009).

Contudo, constata-se que o modelo de desenvolvimento econômico construído a partir da década de 1950, por meio da implementação da Revolução Verde e do respectivo pacote tecnológico, foi pautado em uma política homogeneizadora que, por muitos anos, ocultou a capacidade dos agricultores de organizarem e administrarem sua produção, fragilizando ou retirando-lhes poder de decisão e colocando-os como meros receptores de tecnologias e políticas. Embora esse processo tenha efetivamente aumentado a produtividade agrícola, trouxe desdobramentos sociais mais evidentes, como: a redução da capacidade organizativa dos agricultores, e da capacidade de gestão de sua produção; o reforço da dependência técnica dos agricultores, a instituições ou a grandes empresas; o crescimento da marginalização dos pequenos agricultores (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

No entanto, a Revolução Verde não foi pacificamente absorvida pelos agricultores, e processos de resistências e construção de alternativas foram desenvolvidos em diferentes momentos com resultados distintos. Em todos os processos se observa uma maior ou menor capacidade das lideranças dos agricultores na análise da realidade e de construção das respostas adequadas ao modelo de desenvolvimento estabelecido (PLOEG, 2006).

Entre as formas de resistência e busca de alternativas para o desenvolvimento das regiões surge o número crescente de agroindústrias familiares, que vêm sendo constituídas em todo país, especialmente na região Sul. No entanto, como são na sua maioria, agroindústrias de pequeno porte, as mesmas estão sujeitas enormes dificuldades para sua organização e em sua gestão, o que compromete a sua sustentabilidade. Esse cenário pode se agravar, uma vez que estas formas de organizações estão tipicamente situadas em locais periféricos quanto à produção de alimentos mais integrados aos mercados, em pequenas propriedades com mão de obra familiar e, muitas vezes, com tecnologias ultrapassadas, acrescidas às dificuldades como a infraestrutura de escoamento da produção e até o isolamento geográfico das unidades de produção.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as agroindústrias familiares, tendo como elemento norteador o território, a partir de um estudo comparativo das regiões do Vale do Rio Pardo/RS (VRP) e da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), ambas no sul do Brasil. Esta pesquisa justifica-se por considerar que as dificuldades e os limites que caracterizam a organização dos agricultores, tais como os aspectos legais e organizacionais das agroindústrias, demandam a relativização e vinculação com as questões políticas e históricas do setor, e com a sua capacidade de articulação regional e nacional na construção de redes eficazes de apoio mútuo. Esta pesquisa também é motivada para compreender as agroindústrias por meio de um viés interdisciplinar, destacando suas características e tendências mais recentes a fim de contribuir para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento para a agricultura familiar.

O trabalho caracteriza-se pela abordagem qualitativa da pesquisa quanto aos dados, como pesquisa exploratória quanto aos fins, e como estudo multicaso quanto ao método. Além dos dados

secundários para contextualizações regionais, utilizou-se de dados primários, por meio de questionário e considerou-se um universo de 257 agroindústrias, e a amostra por conveniência de 74 agroindústrias.

Este artigo é composto por esta seção introdutória, por uma revisão bibliográfica sobre território e desenvolvimento da agroindústria familiar, o contexto regional do VRP e da AMOSC, pelos procedimentos metodológicos, pela apresentação e discussão dos resultados e pelas considerações finais.

## Origem e Desenvolvimento de Agroindústrias Familiares

A configuração do mundo rural no sul do Brasil teve forte influência da imigração europeia ao longo do século XIX (SOUCHAUD; FUSCO, 2012). A maioria dos europeus emigrantes deixava seus países para fugir da miséria e na busca de novas oportunidades. Essa população imigrante vinha enfrentando a fome e a miséria em suas regiões de origem, compreendidas pela Europa Central, - atual Alemanha e Polônia, Península Itálica, entre outras – devido à desestruturação do modo de produção feudal, ocorrida tardiamente nessas regiões em comparação à Inglaterra ou à França, e da estruturação de formas de produção capitalistas que levava à intensificação do uso da terra, levando inúmeras famílias de camponeses à migração, em busca de sobrevivência (KARNOPP et al., 2015).

Essas condições configuraram a possibilidade da migração para o então Novo Mundo, a América. A promessa de acesso à propriedade da terra era, no entanto, uma motivação central que estimulou aquelas populações em movimento a emigrar. Além disso, Mossmann Sobrinho (2014) destaca o espírito aventureiro do imigrante, tanto alemão como italiano, que buscava a felicidade no mundo desconhecido. Para a compreensão e a avaliação da dimensão dessa promessa, Karnopp et al. (2015) ressaltam que é preciso compreender que se tratava de populações que traziam a herança da experiência durante séculos como servos, no contexto do feudalismo e, posteriormente, como camponeses, sendo ambas as condições que os privavam da possibilidade do acesso à propriedade da terra.

Por outro lado, com o claro objetivo de ocupar os territórios pouco ocupados e não perder uma importante região em frequente disputa territorial com povos platinos, o governo brasileiro decidiu a partir de 1824, estimular a imigração e a colonização do sul do país, com imigrantes europeus não portugueses (SCHENKEL, 1997; ROCHE, 1969). Para atrair os imigrantes, o governo ofereceu incentivos, como passagens de vinda ao Brasil, recursos financeiros por determinado período, alguns animais, e a propriedade de certa área de terra.

A promessa do acesso à propriedade da terra foi o principal argumento apresentado pela propaganda da emigração, realizada por agentes do governo especialmente enviados à Europa para essa finalidade. A promessa de se tornarem proprietários, foi o mais intenso motivador da aventura emigratória, uma vez que a terra se constituiria no bem maior do colono (TRAMONTINI, 1994). Quando instalados em suas terras, os colonos adentravam a mata, e abriram as primeiras clareiras para construir abrigos, e plantar para produzir seus alimentos.

Os imigrantes chegaram ao país, geralmente tinham famílias numerosas e com poucos recursos materiais e financeiros, inclusive em seus países de origem. Assim, desde o início em seus novos ambientes, era necessário produzir mais e principalmente alimentos para prover a subsistência dos filhos, muitas vezes em número superior a uma dezena. À medida que se ambientavam em seu novo meio e com o aumento da produção, os imigrantes passaram a diversificar a produção e a produzir excedentes, vendidos principalmente em mercados próximos.

As condições de vida experimentadas pelos imigrantes, em especial a escassez de alimentos, impôs aos mesmos uma preocupação central: a necessidade de guardar alimentos para eventuais períodos de intempéries ou de escassez, sendo que esta ação exigia o desenvolvimento de técnicas de conservação. Nesse contexto surgiram formas artesanais de processamento e conservação de carnes, derivados de leite, frutas, hortaliças e legumes. Sulzbacher (2009) destaca que o processamento artesanal representa uma forma de minimização da dependência da natureza, assegurando o aumento da diversidade e da durabilidade dos produtos alimentícios.

Um dos exemplos mais difundidos de processamento artesanal é a conservação da carne de suíno, a qual era frita em tachos de ferro e depois colocada em vasilhames, imersa na própria banha resultante do processo de fritura e assim conservada por meses. Outro exemplo está relacionado à preocupação com a conservação de frutas, cuja sazonalidade limitava o seu aproveitamento *in natura*. Nesse caso utilizavam técnicas de desidratação, por meio da exposição das frutas ao sol para

secarem, possibilitando utilizá-las em outras épocas do ano para preparação de sobremesas e doces diversos.

As formas artesanais de processamento e conservação dos alimentos faz com que, para os agricultores familiares, a industrialização de produtos agropecuários não seja nenhuma novidade, pois faz parte de sua história, cultura e identidade. A transformação dos produtos, antes destinados para consumo da própria família, muitas vezes, trocados com parentes e vizinhos, e excepcionalmente comercializado nos mercados locais, atualmente podem ser agroindustrializados com a produção de conservas, defumados, bebidas, entre outros. Nesse contexto surgem as agroindústrias rurais familiares quando, segundo Trentin (2002), a agroindustrialização tornou-se realidade de muitos agricultores, embora não em números tão expressivos, já que a monocultura tomou o tempo e o espaço de muitas famílias que se envolvem em atividades agrícolas.

Entre as características marcantes, os imigrantes trouxeram de suas origens europeias, a bagagem cultural, as práticas da ajuda mútua, o trabalho associativo e as atividades familiares, além do gosto pelo trabalho comunitário. Partindo desses princípios, fortaleceram as práticas da cooperação, difundidas no sul do Brasil, em diferentes épocas e territórios: no caso da região do VRP no século XIX; e da AMOSC a partir da segunda metade do século XX.

Em razão dessas características, observa-se a partir de meados da década de 1990, um aumento significativo na oferta de produtos agroindustrializados, principalmente nas feiras livres e em vendas diretas aos consumidores, de produtos advindos de cooperativas e associações ligadas aos agricultores familiares. Por meio desse processo ocorre uma crescente agregação de valor à produção primária, que viabilizou o aumento da renda nas unidades familiares, além do incremento na diversificação da produção e do resgate do “saber fazer”, ainda presente entre várias famílias da região sul do Brasil.

Essas constatações requerem que se repense o conceito de território, não mais entendido como “palco” ou mero receptáculo, mas sim como território usado, como propõem Santos (1999) e Santos e Silveira (2001). Sob essa orientação, a definição e a análise de um determinado território deverão considerar materialidade e o uso do território, de forma interdependente e inseparável, sendo que a materialidade do território inclui sua natureza, enquanto o uso do território inclui a ação humana, ou seja, o trabalho e a política (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 247). A ideia de território expressa a noção de mudança, de processo e de movimento, pois é o território que constitui o traço que une o passado e futuro imediatos. O território deve ser considerado um campo de forças, e *locus* do exercício, de dialéticas e contradições entre as dimensões de vertical e horizontal e de Estado e mercado, e entre o uso econômico e o uso social dos recursos (SANTOS, 1999, p.19).

Deve-se, também, valorizar o processo de formação e estruturação do associativismo e, por meio dele, deve se considerar e compreender a lógica e a dinâmica, que guiam os relacionamentos entre os agentes sociais envolvidos e a utilização do território pelos mesmos (KARNOPP et al., 2015). Além disso, segundo os autores, deve se levar em conta que os relacionamentos entre os agentes e segmentos de agricultores familiares, e entre os agricultores familiares e o território, se desenvolvem por intermédio de tempos sociais distintos e a partir de escalas espaciais diversas, fazendo surgirem arranjos particulares no território, conhecidos como regiões.

Portanto, constata-se que a dinâmica impressa nos arranjos territoriais resulta da interação concomitante de fatores de ordem endógena e exógena. Nesse contexto é fundamental que as teorias e ações voltadas ao desenvolvimento regional produzam também reflexões teoricamente fundamentadas e apoiadas em experiências concretas, e demonstrem que têm capacidade de gerar contrapontos viáveis à globalização, sobretudo em termos de implicações para a vida rural, a viabilidade da agricultura familiar e a qualidade social e ambiental (PLOEG, 2006).

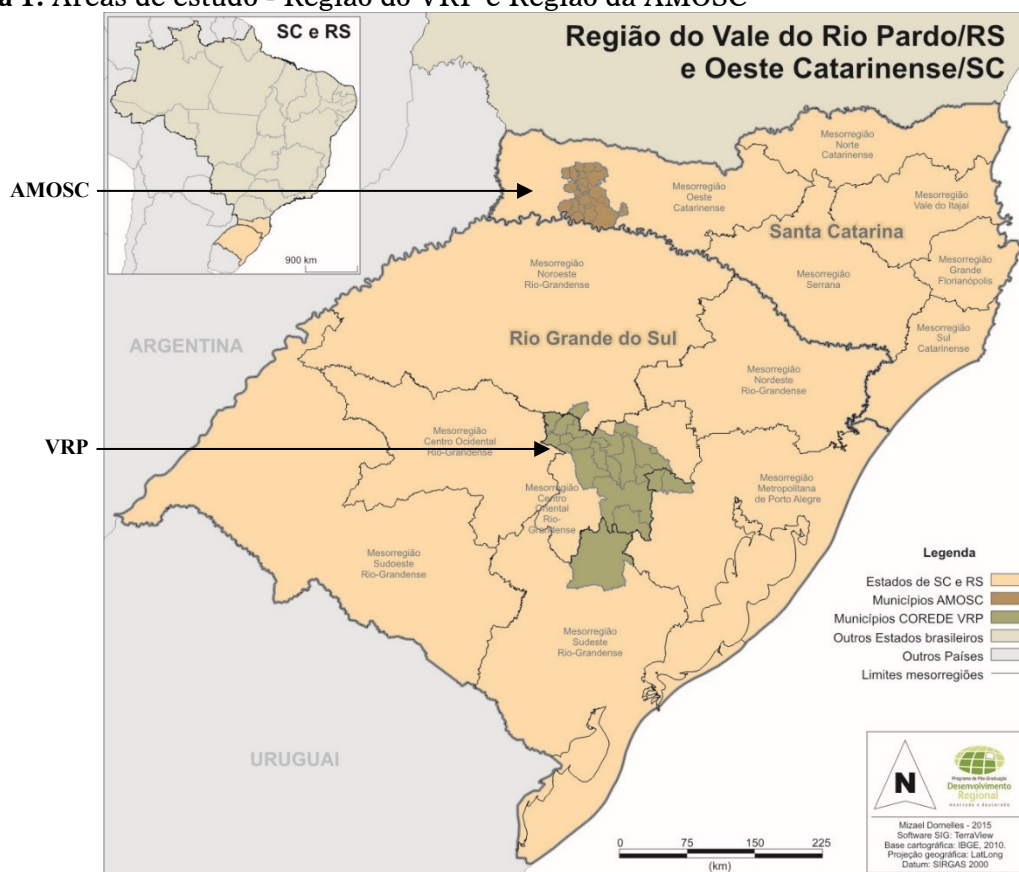
## O Contexto das Regiões Estudadas

A região do VRP, uma das unidades de análise deste estudo, tem atualmente como sua principal base econômica, a produção do tabaco, cuja produção é realizada por agricultores familiares em pequenas unidades de produção, em regime de integração com a indústria fumageira. A região apresenta desigualdades internas, que estão relacionadas ao processo de formação territorial e a suas características socioculturais, políticas e econômicas. As experiências para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável na região, ainda são bastante incipientes, pois a produção do tabaco ainda continua hegemônica, sustentada por uma agricultura familiar com base nos princípios formatados pela Revolução Verde, da década de 1960.



A região da AMOSC, que constitui a segunda unidade de análise do estudo, é destacada produtora nacional de suínos, aves, leite e derivados, sendo berço das maiores empresas processadoras de carnes e derivados do Brasil (MIOR, 2003). A região possui 25% da superfície estadual, e responde por 50% do valor bruto da produção agrícola do estado de Santa Catarina. Sua principal base econômica baseia-se na produção familiar rural atrelada à indústria alimentícia do Oeste Catarinense. Este setor industrial, no entanto, tornou-se gradativamente seletivo, fazendo com que expressivos contingentes populacionais rurais migrassem para áreas urbanas locais, regionais e nacionais (TESTA et al., 1996). As regiões destacadas podem ser visualizadas na Figura 1.

**Figura 1:** Áreas de estudo - Região do VRP e Região da AMOSC



Fonte: adaptado de IBGE (2010)

Essas duas regiões caracterizam-se pela forte presença da agricultura familiar especializada na produção de matérias-primas para as agroindústrias que mantêm conexões com o mercado global. Essa característica torna as agroindústrias singulares no estudo da ação das forças globais e as correspondentes repercussões no contexto regional. Ambas caracterizam *lócus* privilegiados para ilustrar as dinâmicas socioeconômicas no território.

Essas regiões constituem exemplos no arranjo de sistemas de integração agroindustrial entre os grandes complexos agroindustriais e a agricultura familiar (KARNOPP, et al, 2015). E por outro lado, evidencia-se a busca de alternativas pelo número crescente de agroindústrias familiares que vêm sendo constituídas na AMOSC (FERRARI et al., 2013) e na região do Vale do Rio Pardo (EMATER, 2014). Porém, por serem, na sua maioria, agroindústrias de pequeno porte, estas agroindústrias familiares enfrentam dificuldades de organização e de gestão, o que compromete a sua sustentabilidade.

### A região do Vale do Rio Pardo/RS

A região do VRP reúne 22 municípios, abrangendo uma área territorial de 13.255,7 km<sup>2</sup>. Está localizado na porção centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul (RS). A origem de seu nome está relacionada à existência do Rio Pardo, um dos afluentes da margem esquerda do Rio Jacuí, e que banha boa parte dos municípios da região.

Durante a primeira metade do século XVIII, as terras do atual Vale do Rio Pardo passaram a integrar as estâncias dos Sete Povos das Missões. No Sul, nas áreas de campo, dava-se a criação de gado, e na Encosta do Planalto, havia a extração de erva mate nativa por parte de índios missionários. A partir do povoado de Rio Pardo, que foi o polo de irradiação de sua população, a região constituiu-se em um dos mais antigos espaços de ocupação e de domínio luso em território do RS (VOGT, 2001).

A formação social do Vale do Rio Pardo está diretamente relacionada com a apropriação do território e a expansão da fronteira do Império Luso por meio de força militar. Esta forma de ocupação deixou como heranças, o latifúndio, a criação extensiva de gado e a escravidão, fatores que, posteriormente, influenciaram a população da região (KARNOPP, et al, 2015).

Açorianos também contribuíram na formação social da porção meridional da região. Deslocados da Colônia do Sacramento e do litoral catarinense, eles chegaram ao estado do Rio Grande do Sul para inicialmente povoarem a região dos Sete Povos das Missões. Em virtude da reação provocada pelos índios missionários e pela anulação do Tratado de Madri, casais açorianos foram assentados em diferentes localidades da Capitania. Na região, alguns se estabeleceram em terras hoje pertencentes aos municípios de Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, General Câmara e Vale Verde (FORTES, 1978).

Durante o século XIX, várias regiões do Rio Grande do Sul foram colonizadas por imigrantes de origem europeia. No Vale do Rio Pardo a partir de meados do século XIX, colonos alemães foram assentados em duas colônias instaladas e geridas pela Província. Incrustada no território do município de Rio Pardo surgiu, em 1849, a Colônia Santa Cruz. Localizada ao norte da Colônia Santa Cruz, em terras então sob a jurisdição de Taquari, foi fundada a Colônia Monte Alverne. No entorno dessas duas colônias oficiais surgiram outras colônias particulares, dentre as quais Rincão del Rey, Germânia, Melos, Rio Pardense, Faxinal de Dentro, Entre-Rios, Formosa, Trombudo, Chaves, Linha João Alves, Cerro Alegre e Pinheiral. Ainda hoje é possível perceber traços marcantes da colonização alemã no Vale do Rio Pardo.

A Colônia Santa Cruz experimentou rápido progresso, apesar das dificuldades que enfrentou com a falta de estradas para o escoamento da produção. Desde o início da colonização, o tabaco se tornou o principal produto da economia não somente de Santa Cruz, mas de todas as colônias da circunvizinhança. Por sua vez, a Colônia Monte Alverne não alcançou o mesmo êxito em decorrência de problemas atribuídos à falta de atenção suficiente por parte do Estado, o que resultou em progresso aquém do esperado pelas autoridades provinciais (VOGT, 2006).

No período de 1848 a 1873, além da entrada de mais imigrantes, descendentes de imigrantes alemães espalharam-se pela região ocupando os vales dos rios Pardo, Pardinho, Castelhana e a Encosta do Planalto. Ali podiam ser encontrados nos pequenos núcleos urbanos que surgiam ou trabalhando em suas glebas, onde, mediante a intensiva utilização da força de trabalho familiar, obtinham produtos agrícolas para sua subsistência e para o mercado. A população de origem germânica influenciou fortemente na composição dos traços culturais da população dos municípios de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária, Vale do Sol, Vera Cruz, Passo Sobrado, Vale Verde e Sinimbu.

Vogt (2006) ressalta que, apesar das origens dos imigrantes, nas regiões de colonização germânica do Rio Grande do Sul não ocorreu uma mera reprodução da cultura alemã, mas sim, surgiu uma cultura peculiar, de características próprias, que pode ser denominada de colonial. Entre os elementos da nova cultura que os colonos tiveram que forjar novas regras de conduta e de vida destacam-se: abandono dos trajes típicos das regiões de origem dos imigrantes; a adoção do chimarrão como bebida; o uso da farinha de milho, do arroz, do feijão preto, da mandioca; o hábito de se locomover a cavalo; o estilo da construção das casas e, segundo Waibel (1979), a prática de uma agricultura cabocla (DREHER, 1984; ROCHE, 1969; WILLEMS, 1946). O mesmo fenômeno atribuído à cultura dos colonos alemães também pode ser estendido aos colonos de origem italiana que em bom número ocuparam parte da porção norte do Vale do Rio Pardo.

A região em estudo caracteriza-se pela marcante diversidade interna, que decorre do processo de sua formação e das características econômicas, sociais e culturais desenvolvidas ao longo do tempo, identificando-se três sub-regiões: i) A porção Sul compreende os municípios de Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Candelária, Pântano Grande, Passo do Sobrado e Vale Verde, caracteriza-se pela presença de médias e grandes propriedades voltadas predominantemente às atividades agropastoris, principalmente à pecuária e orizicultura, cuja densidade demográfica nas áreas rurais é pequena, o que é típico de regiões de latifúndios. ii) A porção Centro, integrada pelos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Sinimbu e Vale do Sol, é constituída de

pequenas propriedades e marcada pelo polo industrial e comercial de Santa Cruz do Sul e cidades vizinhas. iii) A porção Norte, compreende os municípios de Arroio do Tigre, Tunas, Boqueirão do Leão, Sobradinho, Segredo, Ibarama, Passa Sete, Herveiras, Estrela Velha e Lagoa Bonita do Sul, caracteriza-se pelo predomínio da pequena e média propriedade, com sérios problemas relacionados às alternativas econômicas que possibilitem a (re) produção do minifúndio.

A cultura do fumo, principal atividade da região, permitiu ao longo do tempo, a acumulação de capital, principalmente a partir do desenvolvimento de suas possibilidades de exportação, dando origem às atividades de beneficiamento e industrialização deste produto nos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Mas o capital foi concentrado pelas grandes indústrias transnacionais, que atualmente controlam o mercado fumageiro sob o arranjo oligopsônico, e geram por conseguinte um grande impacto no território.

Nesse contexto, na busca por alternativas de renda, agricultores familiares vêm se dedicando à criação de pequenas agroindústrias. Segundo informações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER, 2014), atualmente existem cerca de 160 agroindústrias familiares na região, voltadas à produção de produtos derivados de carne, derivados de trigo, derivados da cana de açúcar, derivados de frutas, e derivados de leite, entre outras. Desses empreendimentos, em torno de 40% são formais e 60% em processo de formalização ou informais. A informalidade limita o acesso ao mercado formal, além de limitar os empreendedores a produzirem em níveis inferiores às suas capacidades.

As iniciativas de formação e legalização de agroindústrias familiares surgiram na região com mais força na década de 1990, a partir de incentivos governamentais. No entanto, a exigência em termos legais para a formalização desestimulou grande parte das iniciativas, tendo em vista que as regras estabelecidas na legislação federal e estadual, em particular, as normas sanitárias, eram voltadas à realidade das agroindústrias de grande porte. Mas esse cenário modificou-se com a instituição da Política Estadual de Agroindústria Familiar, promulgada pela Lei 13.921 de 2012.

## A Região do Oeste Catarinense/SC

A região da AMOSC reúne 20 municípios: Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, São Carlos Santiago do Sul, Serra Alta e Sul Brasil. Conjuntamente, estes municípios abrangem uma área territorial de 2.955 km<sup>2</sup>.

Antes do processo de ocupação efetiva por imigrantes descendentes de italianos, alemães e poloneses, oriundos do Rio Grande do Sul, em áreas de colonização induzida, o Oeste Catarinense foi ocupado por grupos indígenas, especialmente das tribos *Xoklengs* e *Kaigangues*, e fazendeiros que possuíam organizações sociais distintas (CORAZZA, 2013). A base de sustentação destes grupos era o seminomadismo e a produção da pecuária bovina era extensiva (WERLANG, 2002), sendo que os primeiros aproveitavam os recursos disponíveis na região como a caça, a pesca e a coleta de frutas silvestres, aliado a uma incipiente agricultura disponível no território regional.

Em meados do século XX, foi necessária a integração do Oeste Catarinense ao território regional e nacional, em razão de fatores relacionados aos aspectos geopolíticos, como a disputa fronteiriça com a Argentina, e a disputa limítrofe entre os estados do Paraná e Santa Catarina que resultou na guerra do Contestado (GOULARTI FILHO, 2002). A ampliação das bases produtivas do País, bem como, a pressão por recursos naturais em áreas de colonização no Rio Grande do Sul, foram outras razões importantes que resultaram na integração. Essas razões estimularam a inserção do Oeste Catarinense no processo de produção capitalista. As mesmas razões demandaram a substituição dos grupos sociais e suas respectivas organizações, entre elas, os luso-brasileiros ou caboclos, cuja principal atividade econômica era a extração da erva-mate, por novas organizações sociais formadas pelos colonos, cujas famílias controlavam os meios de produção e a execução do trabalho (RENK, 1999; BERNARDY; MONTEIRO; ZUANAZZI, 2008; KONRAD; SILVA, 2012).

Para a integração do Oeste catarinense ao desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina foram tomadas medidas visando à promoção da colonização da região, destacando-se a concessão de terras para as empresas colonizadoras, que antes da venda dos lotes de terra exploravam as madeiras nobres sobre os lotes. Essas empresas recebiam as terras do governo catarinense, cabendo-lhes promover a ocupação da área e a abertura de estradas para o transporte e deslocamento de colonos, e posteriormente, o escoamento do excedente da produção (BAVARESCO, 2005).

A inserção de novos grupos sociais foi realizada pela sobreposição aos grupos anteriores por fases não sucessivas. As mesmas foram acompanhadas pela “periferização” cultural, social e econômica dos índios e caboclos que antecederam a ocupação, confinando-os em espaços geográficos inadequados para as atividades da extração vegetal, da agricultura e da pecuária, evidenciando a segregação étnica na ocupação territorial do Oeste Catarinense (RENK, 1999).

A organização social dos colonos oriundos do Rio Grande do Sul deu-se com o incentivo das colonizadoras, imobiliárias da época, incumbidas pela divisão do território em lotes similares em relação ao tamanho da área. Os lotes tinham em torno de 25 hectares, cujo formato tinha a testada estreita e o fundo alongado que utilizavam, principalmente, como limites, os cursos d’água e os próprios divisores – cotas mais elevadas - proporcionando um desenvolvimento de sistemas agrários de acordo com as especificidades culturais do grupo e das potencialidades geográficas. (WERLANG, 2002).

Apesar da região se caracterizar por um relevo ondulado e declivoso, por uma vegetação densa e uma rede de drenagem distribuída sobre o território, os agricultores ali instalados se aproveitaram das condições geográficas para o desenvolvimento de suas atividades produtivas diversificadas (BAVARESCO, 2005), desenvolvendo um modelo de policultura. Neste contexto, destacaram-se as iniciativas dos “colonos” que implantaram formas de uso do solo, constituindo uma territorialidade específica no Oeste Catarinense, organizada a partir da exploração da madeira existente junto aos cursos d’água e das áreas de erva mate. Além disso, as artérias e/ou vias para o deslocamento da matéria-prima eram representadas pelos cursos d’água, especialmente o Rio Uruguai, que ligava esse território ao porto do Rio da Prata, na Argentina.

Na década de 1940, novas atividades econômicas foram organizadas e difundiram-se no território do Oeste Catarinense. Parte estava atrelada à agropecuária - milho, batata, trigo, batata doce, cana de açúcar, feijão e mandioca, frangos, suínos e bovinos - a partir da policultura, e representavam a possibilidade de sobrevivência, pela subsistência alimentar que proporcionava aos grupos sociais e troca (escambo) ou incipiente comercialização do excedente. A esses grupos eram impostas diversas dificuldades, como a inexistência de vias de transporte e a distância de mercados consumidores, dificuldades não superadas totalmente até a atualidade.

Com o crescimento da produção da agropecuária instalaram-se moinhos (consórcio entre trigo e milho com a moagem), pequenos laticínios e outras indústrias artesanais, impulsionando o comércio inter-regional e extrarregional. O processo de industrialização de produtos de origem vegetal (trigo), que posteriormente entrou em decadência, e de animal (suínos) se ampliou e gerou o atual modelo agroindustrial, fortemente vinculado ao mercado das maiores cidades, no âmbito nacional e internacional (KONRAD; SILVA, 2012).

Essas atividades foram importantes, uma vez que também tinham uma função complementar na produção da pecuária, especialmente de suínos e aves. Principalmente a partir da segunda metade do século XX, houve a reestruturação do espaço do Oeste Catarinense para o modelo agroindustrial, sendo que a indústria alimentícia passou a ser o principal fator de organização do território (BAVARESCO, 2005). O modelo agroindustrial consagra a região como o berço das maiores empresas do setor carnes e derivados do Brasil (MIOR, 2010). Difundida em grupos sociais dominantes no território que não distinguia a identidade econômica dos produtores – colonos – esse modelo foi fundamental para a ampliação de um processo de urbanização concentrado e disperso (BERNARDY; MONTEIRO; ZUANAZZI, 2008).

O principal suporte econômico que se baseia na produção familiar rural atrelado à indústria alimentícia do Oeste Catarinense tornou-se gradativamente seletivo. Essa seletividade fez com que expressivos contingentes populacionais rurais migrassem para novos espaços, especialmente urbanos, tanto locais quanto regionais e nacionais, o que configurou as desterritorialidades sobre o espaço geográfico (TESTA et. al., 1996). Para Mior (2005), este sistema de produção apresentou uma incompatibilidade crescente entre as estratégias de especialização e escala padronizada para a produção familiar, por parte da agroindústria, e a situação vivida pelos agricultores familiares e seus sistemas diversificados. Existia, portanto, um ciclo não sustentável no desenvolvimento da agricultura familiar à sua forma de inserção na economia regional. Na prática, o processo resultou na exclusão de muitos agricultores de suas atividades de criação de suínos e aves.

A partir dos anos 1980, por um lado, por diversas causas, entre as quais a reorientação estratégica da grande agroindústria com vistas ao mercado globalizado, que passou a concentrar a produção de suínos em um pequeno número de estabelecimentos rurais, verifica-se a exclusão de muito agricultores familiares. Segundo Corazza (2013), o fortalecimento da agroindústria acentuou



a sua integração com a agricultura familiar, mas rompeu o equilíbrio entre os dois polos da integração, subordinando cada vez mais os agricultores aos métodos e à lógica de mercado, levando muitos deles à exclusão do circuito produtivo.

Por outro, os grandes frigoríficos propiciariam um ambiente para a formação de um *cluster* que criou condições para o surgimento de pequenas agroindústrias localizadas, oportunizando condições de que aqueles excluídos (e outros empreendedores de menor porte) ocupassem os espaços de mercados deixados por essas grandes agroindústrias (SANTOS JUNIOR, 2011). Esse ambiente gerou uma nova dinâmica econômica e social que recupera e revaloriza formas artesanais de processamento e permite a criação de novos mercados para os produtos da agroindústria familiar (FERRARI et al., 2013; CORAZZA, 2013).

Nesse sentido, os agricultores familiares do Oeste Catarinense são protagonistas de um consistente movimento de formação de pequenas agroindústrias rurais como forma de alcançar mercados que possibilitem maior autonomia e geração de valor nas cadeias em que participam. Após os anos 1990 a aposta da agroindustrialização como estratégia de promoção da agricultura familiar e de desenvolvimento do espaço rural, ganhou legitimidade favorecendo o surgimento e difusão destas novas formas de organização da produção e inserção no mercado (MIOR, 2005; DORIGON, 2008; MIOR et al., 2013; CORAZZA, 2013).

Segundo informações colhidas junto à Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina (EPAGRI), na região do Oeste Catarinense, existem atualmente 117 agroindústrias familiares, sendo cerca de 60% delas são formais e outras 40% em processo de formalização ou informais. O município de Chapecó possui a maior concentração com 55 agroindústrias. O município possui a função de polo regional, mas que também reflete as políticas públicas pretéritas, por meio do executivo municipal, que incentivou a formação e ampliação deste modelo de produção, inclusive com a disponibilização de pontos no espaço urbano para comercialização direta por meio de feiras livres. Em todos os demais municípios da região, com exceção de Jardinópolis existe, no mínimo, uma modalidade de agroindústria.

O Oeste Catarinense se caracteriza como um espaço multifuncional e em mutação, pela agregação de novas atividades econômicas que se aproveitam dos potenciais naturais. A economia da região possui alta dependência do setor agropecuário, que por sua vez, determina as razões prioritárias para a necessidade de reorientar o desenvolvimento, a qual está relacionada diretamente à fragilização da agricultura familiar caracterizada pelo baixo rendimento e pela escassez de mão de obra. As principais debilidades regionais que caracterizam a região são: a pulverização fundiária; a escassa disponibilidade de terras nobres; a longa distância até os mercados consumidores; o esgotamento dos recursos naturais; a concentração da produção; e baixa produtividade do trabalho (TESTA et al., 1996).

Desde o início da década de 2000, ocorre na região, o deslocamento da produção agroindustrial de aves e suínos para o centro-oeste e sudeste do país, em decorrência da busca por custos menores principalmente para os insumos, além de melhores condições de estrutura viária. Esse fato tornou-se uma das preocupações manifestadas pelas lideranças dos principais setores econômicos e de lideranças públicas da região. Como a base econômica está fortemente baseada na agroindústria, a perda de competitividade desse segmento aponta para a tendência de depressão econômica regional em cenários futuros.

## Procedimentos Metodológicos

No que se refere à abordagem, este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, e quanto aos fins como pesquisa exploratória. Os dados secundários estão atrelados em grupo de variáveis de agroindústrias em ambas as regiões o que permite efetivar um comparativo entre as situações atuais entre as duas regiões, além de conhecer as suas especificidades.

Para a compreensão das características das pequenas agroindústrias familiares do VRP e da AMOSC, realizou-se uma análise de dados secundários de diferentes instituições. Os dados secundários foram coletados junto à EPAGRI, à Associação dos Pequenos Produtores do Oeste de Santa Catarina (APACO), à AMOSC, à EMATER, com o apoio das respectivas Secretarias municipais de Agricultura e das universidades parceiras: Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

O método da pesquisa utilizado é o estudo multicaso comparado, com base na realidade das duas regiões, aliado à pesquisa exploratória. Assim, envolvem métodos como o levantamento

bibliográfico, análise de dados secundários e análise de exemplos que estimulam a compreensão do que se pretende compreender (GIL, 2009) em ambas as regiões. Este estudo não tem a pretensão de extrapolar seus achados generalizando-os para todo o universo do campo foco da pesquisa, entretanto, antes de promover aprendizado pode servir para gerar *insights* tanto para a área de conhecimento, neste caso, da dinâmica de ambas as regiões, com suas respectivas especificidades e similaridades relacionadas à presença de agroindústrias, sejam formais ou informais, em relação aos seus aspectos legais (YIN, 2005).

Os estudos multicase são considerados como mais complexos em relação às outras modalidades de pesquisas, pois, utiliza-se mais de uma técnica o que difere das demais, que normalmente, quando utilizadas é de forma complementar. Mesmo sem ter a pretensão de extrapolar deste para outros casos, o presente caso foi escolhido, uma vez que os pesquisadores já realizaram outros estudos sobre estas regiões institucionais, o que lhes permite maior familiaridade com o locus da pesquisa, com base em acervo técnico gerado em período passado.

No processo metodológico, além dos dados secundários de contextualização regionais, utilizou-se de dados primários, por meio de questionário e considerou-se uma população de 257 agroindústrias (140 na Região do VPR e 117 na AMOSC) com gestão e mão de obra familiar, subdivididas em dois grupos: formais e informais. A composição da amostra deu-se por conveniência, e totalizaram 25,68% (66 agroindústrias), de ambas as modalidades, considerando como fatores restritivos o distanciamento para a coleta e dados (42 municípios, no total) e a dificuldade de acesso aos empreendimentos informais. Os dados foram coletados no primeiro semestre de 2015 e foram tipificados da seguinte forma: identificação, condições socioeconômicas da agroindústria, produção e gerenciamento, comercialização e perspectivas futuras. Para a apresentação dos resultados neste artigo utilizou-se da análise comparativa entre as regiões.

## Apresentação e Discussão dos Resultados

Ambas as regiões pesquisadas apresentam algumas semelhanças no perfil demográfico dos agricultores familiares. Entre os respondentes dos questionários, 60% são do gênero masculino, sendo que este resultado reflete a posição do gênero no papel de gestor. No entanto, Mior (2005, p. 199) adverte que a mulher agricultora ganha relevância, não somente na comercialização, pois a área da produção da agroindústria familiar também reserva lugar importante para sua atuação. Por outro lado, a tradição da produção artesanal por parte da mulher agricultora marca em muitos casos o ponto inicial para a ampliação da atividade em termos de escala e rearranjo produtivo da propriedade rural. As atividades de processamento dos produtos agroindustriais, muitas vezes são inicialmente realizadas de forma artesanal por membros do gênero feminino, que também mais trazem consigo as heranças do saber fazer.

Quanto à escolaridade, os respondentes cursaram predominantemente até o ensino médio, determinada pela ausência de um sistema de ensino difundido no território em período pretérito. Esta condição é aceitável, mas pode não ser suficiente para assegurar a continuidade dos empreendimentos, sobretudo pelos aspectos de modernização tecnológica. Amorim e Staduto (2007) advertem que a escolaridade possui maior potencial para conversão do capital humano em capacidade de gerenciamento, inovações de processos e de novas técnicas produtivas.

Observa-se que a constituição das agroindústrias é mais antiga na região do VPR, sendo em média acima de 25 anos, enquanto na região da AMOSC é mais recente, sendo em média menor que 25 anos. Na AMOSC ocorreu uma seletividade dos produtores ou exclusão dos integrados do complexo agroindustrial a partir dos anos 1990. No caso de ambas as regiões as atividades agroindustriais se estruturam no contexto familiar, na passagem de conhecimentos de geração para geração e com a utilização prioritária de mão de obra, envolvendo, portanto, muito raramente a mão de obra de terceiros. Entre as agroindústrias pesquisadas, a maioria é formalizada, sendo que 80% tiveram início da formalização em 1986. Em ambas as regiões as agroindústrias informais são menos visíveis, tornando os contatos mais difíceis e deve-se considerar a existência de isolamentos geográficos, em ambas as regiões, determinadas pela carência das vias de interligação regionais.

As atividades agroindustriais foram aprendidas com os pais e familiares na maioria dos casos. Nesse caso, 64,9% dos respondentes do VPR e 50% dos respondentes da AMOSC afirmam que aprenderam o “saber fazer” com os pais e outros familiares ascendentes. A mão de obra é exclusivamente familiar em 59,5% das agroindústrias familiares do VPR e em 63,3% das agroindústrias familiares da AMOSC.

Como caracterização quanto à especialização e vocação regional, a região do VRP tem especialização produtiva no tabaco, enquanto a AMOSC concentra sua especialização na produção de leite e nos complexos agroindustriais de proteína da carne. O VRP tem sua dinâmica socioeconômica voltada para a produção do tabaco, e a AMOSC tem a dinâmica voltada para o cluster regional da agroindústria (Mior, 2005), na produção de alimentos.

Quanto à origem da matéria-prima empregada nos processos produtivos das agroindústrias, pelo menos 50% da matéria-prima é adquirida de terceiros em ambas as regiões. Na região do VRP 23,3% das agroindústrias pesquisadas atendem suas demandas com fornecimento exclusivamente familiar, enquanto na região da AMOSC, a mesma proporção é de 43,2%. Essa característica está relacionada à tipologia de produtos, tendo maior dependência para derivados do leite, de carnes e de panificados no VRP, e de derivados de leite e de carnes na AMOSC, sendo comum a formação de pequenas redes de fornecimento de matéria prima, com base em laços de vizinhança, familiar ou comunitário.

Outra caracterização entre as regiões diz respeito à cooperação. Na região do VRP as agroindústrias são mais individualizadas e se motivam como forma de aumento de renda familiar, configurando uma alternativa à produção do tabaco e aumento da renda familiar, em que apenas 10% dos respondentes são cooperativados. Por sua vez, a AMOSC apresenta maior tendência para a cooperação entre as agroindústrias, observado pela participação de 33% de cooperativados. A capacidade de mobilização dos produtores rurais – cultura cooperativa – constitui a essência do sistema cooperativo, que está muito presente no estado de Santa Catarina, inclusive no modelo agroindustrial. Observa-se, portanto, que a dinâmica desenvolvida nos arranjos territoriais é resultante da interação entre fatores endógenos e exógenos que ocorrem de forma simultânea.

No que se refere às compras de matéria-prima e demais insumos, a cooperação entre as agroindústrias familiares não é uma prática muito frequente para 54,1% na região do VRP e 43,3% na AMOSC. Quando praticada, a cooperação para estas compras se realiza por meio de cooperativas e associações. Na AMOSC as mediações para tais compras são praticadas para 40% dos entrevistados contra 10,8% no VRP. Em ambas as regiões percebe-se a rivalidade entre as agroindústrias, em que 70,1% dos entrevistados vê as demais como concorrentes, contra 28,4% que as vê como parceiras. De forma geral, percebe-se que em ambas as regiões, os gestores das agroindústrias tendem para o individualismo, em que 40,5% dos entrevistados no VRP, e 66,7% dos entrevistados na AMOSC disseram não praticar a reciprocidade.

O aumento da renda é apontado por 81,1% dos respondentes da região do VRP, como motivação para a constituição da agroindústria. Por sua vez, na AMOSC, o aumento de renda é a segunda motivação para essa iniciativa, sendo a retenção dos jovens a principal motivação, o que constitui a perspectiva de continuidade das atividades das gerações anteriores por meio da sucessão familiar (MIOR, 2010). Nesse aspecto, ao comparar as regiões percebe-se que na AMOSC as motivações para industrializar com a intenção de reter os jovens na propriedade e derivada de estímulo de parceiros é significativamente maior que na região do VRP.

A atividade das agroindústrias familiares cumpre importante papel na geração de renda das respectivas famílias. A participação das agroindústrias é superior a 50% da renda bruta para 70,3% e 76,7% dos entrevistados, respectivamente, da região do VRP e da AMOSC. Neste sentido, o faturamento bruto médio das agroindústrias pesquisadas em 2013 foi de R\$ 117.807,35 e de R\$ 333.800,00, respectivamente no VRP e na AMOSC.

Quanto ao enquadramento jurídico, a configuração organizacional das agroindústrias na região do VRP é de empreendimentos predominantemente individuais, com 70,3%. Na AMOSC os empreendimentos individuais representam 50%. Nesta última há um número significativamente maior de estruturas organizacionais cooperativadas, com 33,3%, das unidades consultadas contra 8,1% no VRP.

Para a constituição da agroindústria, a AMOSC demonstra maior propensão ao risco, representada pela alavancagem financeira para constituição do empreendimento, que, quando em níveis seguros, é uma característica de perfil empreendedor. Quanto ao capital inicial para a constituição da agroindústria, as fontes de recursos na região do VRP eram de 73% de capital próprio, contra 43,3% na AMOSC, sendo a diferença em ambas as regiões, coberta com recursos de alguma forma de financiamento. Em ambas as regiões, aproximadamente um terço dos empreendimentos pesquisados reconhece o apoio dos incentivos municipais para a instalação de seus empreendimentos, em alguns casos, representam políticas públicas sólidas e contínuas de apoio a esta modalidade de produção.

As agroindústrias familiares pesquisadas destinam 95% de suas produções ao mercado, em média, sendo esta proporção um indicativo da sua condição familiar. Mais de 80% dos entrevistados afirmam que os preços de seus produtos são menores ou iguais aos preços dos produtos similares das agroindústrias convencionais. Quanto ao mercado abrangido pelas agroindústrias, na região do VRP a abrangência local é de aproximadamente 60% e a abrangência regional é de aproximadamente 38%, enquanto na AMOSC, 80% têm abrangência local e 46,7% têm abrangência regional. Observa-se que uma mesma agroindústria pode vender localmente e, ao mesmo tempo, ter mercados regionais. Em ambas as regiões, a principal fonte de receita das agroindústrias familiares advém da comercialização no município (61,2%) e no âmbito regional (22,4%).

No tocante às ações para inserção no mercado, entre as agroindústrias consultadas na região do VRP, 70,3% utilizam rótulos em seus produtos. Por sua vez, na AMOSC esta medida é adotada por 90% das agroindústrias consultadas. No VRP, 67,6% atendem as exigências de regularidade de fornecimento aos clientes, contra 90% na AMOSC. No entanto, na maioria dos casos não existe preocupação com a apresentação do produto e com planos de Marketing. A padronização é um problema identificado nas agroindústrias pesquisadas.

Em relação às condições de desempenho geral, a região do VRP apresenta baixo dinamismo, pois 51,4% das agroindústrias pesquisadas não aumentaram o processo produtivo, e nenhuma agroindústria pesquisada dobrou de tamanho. Para os próximos anos, 48,6% dos entrevistados na região do VRP têm perspectivas de aumento da produção e comercialização, e 27% não têm perspectivas de aumentos para esses propósitos. Por sua vez, a AMOSC apresenta dinamismo maior, pois somente 16,7% das agroindústrias consultadas não aumentaram a produção, e 6,7% dobraram seu porte e capacidade de produção. Dois terços dos entrevistados da AMOSC possuem perspectivas para aumentar a produção e comercialização durante os próximos anos, enquanto um terço não tem perspectivas de aumentos para esse fim.

As agroindústrias estudadas de ambas as regiões têm a mão de obra como o principal fator de restrição ao aumento e à diversificação da produção. A mão de obra é apontada também como a principal dificuldade e fator de restrição para a comercialização, com 55,2%, seguida pela concorrência e pela legislação, com 35,8% e 29,9%, respectivamente, em parte determinada pela redução no número de integrantes na família e pela expressiva migração especializada de jovens em período pretérito.

## Considerações Finais

Como alternativa ao desenvolvimento regional, inclusive quando se consideram as características socioeconômicas e fundiárias na região Sul do país, o desenvolvimento da agroindústria familiar tem importantes desdobramentos no território (MIOR, 2010), com a possibilidade de melhorias das condições de renda e qualidade de vida. Tendo em vista os processos de reestruturação capitalista e a vulnerabilidade social e econômica observadas nas regiões estudadas, diversas iniciativas têm se voltado ao incremento da diversificação produtiva no âmbito da agricultura familiar.

Para este contexto são oportunas e fundamentais as ações focadas no desenvolvimento regional, e que possam gerar reflexões teóricas amparadas em experiências concretas. Tais ações também devem ser capazes de criar alternativas à globalização, particularmente sejam viáveis para as condições de vida no ambiente rural, compreendendo a viabilidade da agricultura familiar e a qualidade ambiental nos distintos territórios.

Nas regiões objeto deste estudo, várias estratégias de desenvolvimento, determinadas por dinâmicas econômicas endógenas, têm sido identificadas. As regiões tendem a se adaptar aos novos cenários de integração na produção e na sua organização, preservando as marcas da sua historicidade. Ao contrário das grandes agroindústrias convencionais da região que buscam insumos e matérias-primas de terceiros e de outras regiões, as agroindústrias familiares potencializam, na medida do possível, a utilização de insumos e de matérias-primas locais e regionais (MIOR, 2010), o que propicia a dinamização socioeconômica e cultural em níveis locais e regionais.

Nos momentos atuais, algumas configurações apresentam-se para o espaço regional dos municípios que constituem as regiões estudadas: os processos de desvitalização de expressivos espaços rurais determinados pelas mobilidades regionais, que têm causado uma homogeneização nas atividades econômicas; a estabilização e retração urbana de pequenas cidades; a concentração



populacional em determinados centros urbanos de maior porte e surgimento de novas dinâmicas econômicas.

Em corroboração à constatação de Mior (2010), a criação das agroindústrias familiares consiste em um processo que reconfigura recursos, sendo este processo coordenado pela agricultura familiar, com apoio das organizações associativas e do poder público. A reconfiguração consiste na conversão dos produtos coloniais artesanais, originalmente destinados ao consumo de subsistência da unidade familiar rural, em produtos coloniais processados, que são percebidos pelos agricultores como produtos comerciais e como geradores de renda da unidade de produção familiar. Esse processo promove a inserção dos agricultores familiares nos mercados, contribuindo com a geração estável de renda e proporcionando a melhoria das condições de vida nas propriedades rurais, inclusive quanto à sua perspectiva de continuidade social e produtiva.

No entanto, para que a trajetória da agroindústria familiar tenha continuidade, as unidades territoriais deverão ser capazes em responder aos desafios de manutenção e aprimoramento dessas organizações, e simultaneamente, do fortalecimento da inserção regional, inclusive por meio de novas cadeias produtivas.

As limitações deste estudo residem na análise exploratória, a qual deverá ser adensada com a análise descritiva por meio de abordagens quantitativas de dados, cujas coletas serão complementadas. A amostra por conveniência em duas regiões é outra limitação, não sendo possível que os resultados apresentados neste artigo possam ser generalizados.

## Referências

ALVES, A. F., et al. Gestão para a sustentabilidade das cooperativas da agricultura familiar e economia solidária. In: Seminário Internacional - Experiências de Agenda 21: os desafios do nosso tempo. Ponta Grossa. 2009. Disponível em: [http://www.eventos.uepg.br/seminariointernacional/agenda21parana/trabalho\\_cientifico/Trabalho\\_Cientifico023.pdf](http://www.eventos.uepg.br/seminariointernacional/agenda21parana/trabalho_cientifico/Trabalho_Cientifico023.pdf). Acesso em: 14 jun. 2016.

AMORIM, L. S. B.; STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento territorial rural: estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná. In: LXV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007, Londrina, PR. Anais [...]. Brasília: SOBER, 2007.

BAVARESCO, R. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense**. Chapecó (SC): Argos, 2005.

BERNARDY, R. J.; MONTEIRO, R. R.; ZUANAZZI, J. **Território, planejamento e gestão: um estudo do Oeste Catarinense a partir da região da AMOSC**. Chapecó: Pallotti, 2008.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, v. 9, n. 18, p. 17-26, 2010. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/download/330/265>. Acesso em: 14 jun. 2016.

CORAZZA, G. Traços da formação socioeconômica do Oeste Catarinense. In: **Encontro de Economia Catarinense**, 7., 2013, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis. 2013

DORIGON, C. **Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências de Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

DREHER, M. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.

FERRARI, D. L. *et al.* Agroindústrias familiares e construção social de mercados: situação atual e perspectivas a partir do estado de Santa Catarina, Brasil. *In: Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados*, 6., 2013, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Rede Sial. 2013.

FORTES, J. B. **Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOULARTI FILHO, A. **A formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

KARNOPP, E. *et al.* O Território na Perspectiva do Desenvolvimento de Agroindústrias Familiares no Sul do Brasil. *In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. *Anais [...]*. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2015. v. VII. p. 1-17.

KONRAD, J.; SILVA, C. A. da. Agricultura familiar no Oeste catarinense: da colônia à integração. *In: Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 21., 2012, Uberlândia, MG). Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. *Anais [...]*. Uberlândia: UFU/LAGEA, 2012. 1 CD-ROM. ISSN 1983-487X

MIOR, L. C. *et al.* Redes e Agroindústrias: As inovações organizacionais dos agricultores familiares catarinenses e os novos mercados em Santa Catarina. *In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 51., 2013, Belém. *Anais [...]*. Brasília: Sober, 2013.

[MIOR, L. C.](#) Agricultura Familiar, agroindústrias e desenvolvimento territorial. *In: VIEIRA, P. F.; CAZZELA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. P. (org.). Desenvolvimento Territorial Sustentável: subsídios para uma política de fomento.* Florianópolis, SC: Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento (APED), 2010. p. 235-257.

[MIOR, L. C.](#) **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

[MIOR, L. C.](#) **Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense.** 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC, Florianópolis, 2003.

MOSSMANN SOBRINHO, P. G. A Presença Teuta no Rio Grande Sul do Século XIX: Um lacônico estudo sobre as consequências econômicas, sociais e culturais. **Semina: Ciências Sociais e Humanas** (Online), v. 13, p. 32-44. 2014

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. *In: SCHNEIDER, S. (org.). A diversidade da Agricultura Familiar*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

RENK, A. **Migrações: de ontem e de hoje.** Chapecó: Grifos, 1999.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS JUNIOR, S. **A influência dos fatores econômicos, institucionais e sociais na inserção das agroindústrias rurais no mercado: um estudo no Meio-Oeste de Santa Catarina.** 2011. 216 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SCHENKEL, C. A. Estudo de um processo cultural na relação entre os ‘colonos’ e a Sadia: o caso da micro-região do Alto Uruguai Catarinense. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Itaguaí – RJ. 1997.

[SOUCHAUD, S.](#); FUSCO, W. População e ocupação do espaço: o papel das migrações no Brasil. *Redes* (Santa Cruz do Sul. Online), v. 17, p. 5-17, 2012.

SULZBACHER, A. W. Agroindústria familiar rural: caminhos para estimar impactos sociais. *In: Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 19., 2009, São Paulo. Formação e contemporaneidade da diversidade sócio-espacial no campo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2009. faltando as páginas.

TESTA, V. M. *et al.* **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão.** Florianópolis: Epagri, 1996.

TRAMONTINI, M. J. A questão da terra na fase pioneira da colonização. *In: Mauch, C. Os alemães no Sul do Brasil.* Canoas: Ed. Ulbra, 1994.

VOGT, O. P. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social.** 2006. Tese (Doutorado em desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006.

VOGT, O. P. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. *In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. L. L. (org.). Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região.* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WERLANG, A. **A colonização do Oeste Catarinense.** Chapecó: Argos, 2002.

WILLEMS, E. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*